

A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES EM ÁREAS DE APP COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

THE IMPORTANCE OF GREEN PUBLIC SPACES IN APP AREAS AS ENVIRONMENTAL EDUCATION POLICY

Angela Nara Do Nascimento¹

Bárbara Reichert²

Gracielle Rodrigues da Fonseca Rech³

Patrícia Dalmina de Oliveira⁴

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo compreender a utilização das áreas de preservações permanentes do trecho entre a Praça dos Pioneiros e o Clube Imigrantes, da Avenida Uruguai no município de Itapiranga-RS. O mesmo foi baseado em referências bibliográficas e pesquisa etnográfica, para compreender a área de preservação permanente de forma geral, a paisagem, relação entre a população e o rio, utilizações e colonização de Itapiranga. Buscou-se também compreender a relação entre os munícipes e o Rio Uruguai por meio de visita *in loco*, aplicando um questionário qualitativo e verificando o comportamento dos usuários sobre o local. Após a análise de todo o contexto bibliográfico e etnográfico houve a busca de espaços de convivências e experiências para melhorar e tornar mais atrativo e acessível o local, proporcionando aconchego e novas formas de utilização da área de preservação, como por exemplo, decks que promovem a integração entre a avenida e o rio, novas churrasqueiras, mesas e bancos para o lazer, parques infantis e ciclofaixas melhorando o deslocamento dos ciclistas.

Palavras-chaves: Área de Preservação Permanente; Itapiranga; Integração Rio-Cidade.

Abstract:

This article aims to understand the use of permanent preservation areas in the stretch between Praça dos Pioneiros and Clube Imigrantes, on Avenida Uruguai in the municipality of Itapiranga-RS. The same was based on bibliographical references and ethnographic research, to understand the permanent preservation area in general, the landscape, relationship between the population and the river, uses and colonization of Itapiranga. We also sought to understand the relationship between citizens and the Uruguay River through an on-site visit, applying a qualitative questionnaire and verifying the behavior of users about the place. After analyzing the entire bibliographic and ethnographic context, there was a search for spaces for coexistence and experiences to improve and make the place more attractive and accessible, providing warmth and new ways of using the preservation area, such as, for example, decks that promote the integration between the avenue and the river, new barbecues, tables and benches for leisure, playgrounds and bike lanes improving the movement of cyclists.

Keywords: Permanent Preservation Area; Itapiranga; River-City Integration.

¹Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Uceff-Itapiranga. E-mail: angela_nara@hotmail.com

²Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela IMED. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uceff Itapiranga. E-mail: barbara@uceff.edu.br

³Mestre em Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído pela UFSC. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo na UCEFF Itapiranga. E-mail: graciellerfrech@hotmail.com

⁴ Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela UFSC. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo na UCEFF Itapiranga. E-mail: oliveira.dalmina@gmail.com

Introdução

O tema da pesquisa pauta-se na preocupação e no olhar que transcende ao arquiteto e urbanista, planejador de cidades, é entender que a paisagem, assim como os livros podem e devem ser lidos (GEHL, 2015); e dentro dessa percepção se propõe compreender a importância dos espaços públicos verdes em áreas de preservação permanente (APP), mais especificamente dentro do recorte geográfico que compreende a orla do rio Uruguai, dentro do perímetro urbano da cidade de Itapiranga. Nessa “leitura” é latente a compreensão da relação das pessoas com o rio e de que forma é possível valorizar esse espaço em face de questões de sustentabilidade de projetos urbanos, com enfoque nos aspectos sociais e ambientais.

O município de Itapiranga localiza-se no Extremo Oeste de Santa Catarina, manifestando grandes características da colonização e cultura alemã. Além do mais, o município é marcado pela presença do Rio Uruguai que é um elemento divisório entre o estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A atual paisagem da Avenida Uruguai de Itapiranga é o resultado da ação do homem sobre um espaço preexistente, carregando este território de significados e relações sociais, que se entrelaçam formando a identidade urbana e rural reconhecida por sua tradição e identidade alemã.

Para isso o principal objetivo da pesquisa é compreender a relação das pessoas com o rio Uruguai, sua importância e de que forma é possível ocupar essa área de maneira sustentável, promovendo também a educação ambiental. Para analisar a orla do Rio Uruguai realizou-se visitas in loco, com registros fotográficos e levantamento de dados dos usuários que transitam e ocupam a Avenida Uruguai, além de propor soluções estratégicas de educação ambiental de forma a valorizar a relação entre os usuários com o rio.

Problema

Os rios possuem grande importância para a formação das cidades e foi com base neles que ocorreu o crescimento de várias civilizações, como a Mesopotâmica e a Egípcia, povos que usavam as margens férteis dos rios para atividades agrícolas, de subsistência, pesca e coleta de água (BENEVOLO, 1997). Assim, o rio ao longo dos anos passou a se tornar parte estruturadora do tecido urbano de diversas cidades, a mesma situação pode ser observada no município em estudo, Itapiranga.

Itapiranga é uma cidade privilegiada por estar localizada nas margens do Rio Uruguai, o que proporciona um bom contato com a natureza e fonte de inspiração. O Rio Uruguai é de extrema importância para o município, pois este foi utilizado pelos primeiros habitantes como travessia de madeira e fonte de alimento para os mesmos, tendo assim, uma importância histórica e simbólica ao município.

As margens do rio, contém uma avenida paralela. A Avenida Uruguai é uma das principais vias de conexão entre os acessos do município, a partir desta, é possível chegar na balsa que é responsável por fazer a ligação do estado de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. Porém, pela Avenida ser um caminho que leva até a balsa onde ocorre a travessia do rio, torna-se muito frequentada diariamente por veículos, tanto leves como pesados.

Portanto, a Avenida Uruguai conta com um tráfego de veículos passando diariamente pela mesma, tornando-a importante para a conexão entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De acordo com Durk (2018), é importante salientar que o município apresenta uma Área de Preservação Permanente (APP) que segundo o Código Florestal lei 12.651/12, é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar da população humana. No município a área de APP deve ser respeitada e preservada com uma faixa de 15 metros ao longo do Rio Uruguai em áreas urbanas consolidadas, e zona de proteção ambiental de 35 metros, bem como a delimitação de faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de 200 e 500 metros. Tornando a Avenida Uruguai um espaço público importante para o município, mesmo sendo um local de preservação é muito frequentado.

Entretanto, há problemas que afetam a qualidade e o uso da Avenida Uruguai, por exemplo, a variação de níveis do Rio Uruguai, acontecendo nesse espaço encharcadas e alagamentos, afetando os espaços e denominando uma área de risco. Por outro lado, há ausência de incentivos que estimulem a utilização da área ribeirinha por todas as faixas etárias, sendo bastante frequentada por jovens.

A falta de incentivo para a ocupação nesses espaços está ligada com insuficiência de equipamentos públicos, conexão com o rio, ausência de acessibilidade e espaços sem

adequação tornam esse espaço pouco atrativo. Aos poucos, os mobiliários que existem no local contam com ações de vandalismo e danificações devido a cheia do rio.

Várias vezes pela correria do dia a dia o rio passa despercebido, onde a população acaba o ignorando. Por isto é necessário alterar esta paisagem, fazendo com que haja a conexão entre a população e o rio, tornando o rio mais presente na vida de quem o vê, desfrutando as belezas e o privilégio da natureza ribeirinha. Vendo isso, os humanos iriam garantir a qualidade ambiental, valorizando e conservando as áreas de APP dos espaços públicos.

Do mesmo modo é possível estruturar e planejar como esses espaços poderiam se tornar mais atrativo, meio de inspiração e também, cartão postal do município de Itapiranga, através de acessibilidade, equipamentos públicos e paisagem. Por isso, se faz necessário a implantação de mobiliários seguros e adequados para o uso, banheiros públicos beneficiando a população e tornando um local de bem estar, lazer e descanso.

Tendo isso em vista, tem como proposta elaborar espaços e equipamentos públicos úteis, decks para admirar a paisagem e o rio, banheiros públicos e promover acessibilidade em calçadas e todos os espaços desta área, tornando o espaço para toda a população. Também trazer uma boa iluminação, vegetações pequenas e áreas específicas para churrasqueira com visão para o Rio Uruguai.

Justificativa

A percepção de que o espaço livre público deve ofertar lugares projetados para o uso cotidiano das pessoas, de forma acessível, aberta e sem exceção é importante na elaboração desses espaços (ALEX, 2008).

O conceito de espaços livres públicos está atrelado ao entendimento de todos os espaços sem edificação, que pertencem ao poder público e que estão inseridos no cotidiano das cidades, como as praças, parques, ruas, dentre outros; e que sejam de uso de todas as pessoas (PAULA, 2017).

Entender que a cidade é palco de contradições sociais, econômicas e políticas, em uma permanente disputa pelo uso do espaço pelas pessoas, condutores e usuários de veículos particulares ou coletivos, onde pode-se passar da condição de pedestres, motoristas ou passageiros, é importante para compreender de como se estrutura o tecido urbano (DUARTE et. al., 2017) e para assim poder planejar as cidades.

Porém, são muitas as cidades que têm a visão deturpada da ocupação das áreas ribeirinhas, que antes, eram marcos de formação desses lugares, pela facilidade de irrigação e abastecimento e hoje tornam-se áreas de conflito, enchentes ou deterioração ambiental. Gorski (2010) esclarece que os rios urbanos passaram por intensas transformações e tem sua condição agravada graças a precariedade do saneamento básico, pela poluição ambiental e ocupação irregular de suas margens, além de outras condicionantes.

Compreender que os rios pertencem as pessoas, assim como as cidades e devolver esse marco paisagístico de forma positiva ao lugar, somados à conscientização da população através das políticas públicas de educação ambiental é a proposta da pesquisa.

As experiências de requalificação das áreas ribeirinhas trazem muitos benefícios, valorizam o urbano de forma sustentável e permitem prevenir questões de enchentes e ocupação irregular desses espaços. Se atrelado a educação ambiental, conscientizam a população da importância de se preservar, beneficiam não apenas o lugar onde estão inseridos, mas outras regiões que enfrentam as mesmas questões.

Importante também compreender o conceito de APP, que na visão de Mello (2008), é a proibição de qualquer forma de ocupação e uso da região localizada dentro dessa área, porém esse princípio entra em contradição com questões urbanas dos espaços da orla e da atração que esses lugares oferecem às pessoas, dessa forma a autora argumenta que essa desconsideração com as especificidades urbanas é uma das razões pelos quais acontece o desrespeito ao Código Florestal brasileiro, que determina esse enquadramento das áreas ribeirinhas.

Dentro da proposta e de acordo com os princípios de Gehl e Svarre (2018), observar a cidade ajuda a entender porque alguns espaços são utilizados e outros não, pois uma boa arquitetura permite a interação entre o espaço público e a vida nas cidades.

Assim, embasada nesses princípios, a pesquisa justifica-se graças a dois conceitos, a questão da urbanidade e a consequente valorização dos corpos d'água através da interação e pela valorização das pessoas a essas áreas, também devido a suas relações de identidade e de educação ambiental, pois é para as pessoas que a cidade deve ser planejada.

De nada adianta propor a valorização e proteção dos recursos hídricos se a sociedade que a utiliza não lhe atribuir valor, dessa forma, quando a pesquisa vem de encontro a correlacionar a urbanidade desses espaços com a valorização e educação ambiental através

dessa ocupação de APP, o vínculo afetivo se fortalece e a garantia de sucesso no processo é mais favorável.

Metodologia

O enfoque central apropria-se do espaço físico, a partir da coleta de dados relativos ao trecho a ser estudado, de sua configuração e interferência sobre as dinâmicas ambientais e socioculturais.

Para isso, serão adotados os referenciais teóricos desenvolvidos por Gehl (2015) e Gehl e Svarre (2018), embasado na argumentação que as cidades são para as pessoas, além de princípios norteadores de como estudar as cidades, também a obra de Gorski (2000) que estuda a relação dos rios com a cidade, em uma percepção de requalificação e valorização desses espaços, além de pesquisadores como Mello (2008) que estuda a ocupação de APP.

Nas etapas subsequentes serão adotadas técnicas de levantamento de dados *in loco*, como registro fotográfico e observação, além da aplicação de questionários na população que ocupa a área, perguntando a compreensão das pessoas sobre o conceito de valorização, familiaridade com questões ambientais e identidade com o rio Uruguai.

A etapa posterior corresponde à análise das informações obtidas nas etapas que antecederam as possíveis conclusões desse processo a fim de delinear diretrizes e recomendações que possam de alguma forma contribuir para as políticas públicas de educação ambiental em áreas de APP a partir de uma experiência local. Como produto final dessa pesquisa surge a proposta de publicação de um artigo com os resultados alcançados, para fomentar outras iniciativas nesse sentido, além de apresentar o trabalho na secretaria de turismo e meio ambiente do município de Itapiranga-SC.

O rio e a cidade

As civilizações antigas se desenvolveram durante muito tempo em áreas onde pudessem cultivar seu próprio alimento, ou seja, próximos aos cursos d'água proporcionando também meios de locomoção entre as comunidades (GORSKY, 2008). Com a aglomeração das pessoas e a junção das civilizações se iniciou muitas cidades no mundo, por exemplo São Paulo, Rio de Janeiro, Nova Iorque e até mesmo a cidade estudada no presente artigo, Itapiranga. Segundo SARAIVA (2005), para diversas civilizações, a presença do rio foi, historicamente, sinônimo de riqueza e poder, mas também, por outro lado, de fúria, de

força da natureza, tendo potencial destruidor e catastrófico, trazendo doenças, arrasando cidades e dizimando populações.

Gorski (2008), diz que “a relação entre o rio e a população brasileira ocorreu de forma harmoniosa até a metade do século XX (1901-2000) onde o desenvolvimento da sociedade e do meio físico trouxe a poluição.” O século XX foi marcado por seus avanços, a mão de obra dos trabalhadores foi trocada por máquinas, as mesmas que aumentavam a produção também prejudicavam e ainda prejudicam o meio ambiente por meio de fornos, contaminação do ar e da água através de liberação de lixos, fumaças tóxicas, queima de combustíveis entre outros materiais. O salto evolutivo deste século trouxe muitos benefícios, mordomias e oportunidades para os indivíduos, mas os mesmos muitas vezes utilizam dessas mordomias na forma incorreta, um bom exemplo disso é a garrafinha de água em que adquirimos em lojas de conveniência e muitas pessoas acabam descartando de uma maneira irresponsável, ou seja, nos rios e nas ruas. Dessa forma o lixo jogado nas ruas pode ser induzido pelo vento a chegar no mar e dessa maneira chegar a regiões distantes.

Na acepção de água em movimento, ao longo dos séculos, os cursos d’água foram esculpindo e modificando a superfície e o subsolo da terra, num processo dinâmico e contínuo, afirma Gorski (2008). A autora também explica que com esse modo acaba sendo demarcada a morfologia urbana em uma forma aparente, sendo eles os rios, canais e frentes marítima ou invisível que seria através de esgotos, drenagem e captação. Segundo Costa (2006), as paisagens fluviais foram sendo apropriadas como paisagens urbanas propiciando a circulação de bens e pessoas, energia e lazer, entre outras funções. O autor diz que ao olhar e interpretar a paisagem urbana por meio das bacias hidrográficas propicia uma compreensão mais generosa e abrangente do território. Já Guimarães (2011) diz que o rio esteve ao longo da história articulado com a formação e o desenvolvimento das sociedades. Suas margens foram palco das primeiras formações comunitárias, proporcionando alimentação, práticas agrícolas e relações comerciais.

O conceito de paisagem pode ser conceituado de várias maneiras. Para SANTOS (1985), a paisagem urbana se dá por um conjunto de elementos geográficos que são distribuídos no território. Já para SCORRE (1962) o formato da paisagem não foi baseado no traçado dos cursos d’água, porém teve de se adaptar com o mesmo. A construção da paisagem é dada pelo conjunto dos elementos naturais existentes no espaço, no caso onde há cidades com um elemento precursor o rio, o mesmo se torna uma parte referencial da

sua composição e também do modo de vida dos habitantes em que ali vivem, diz (DÜRK, 2018).

A urbanização passa por muitas transformações, a mesma ocorre várias vezes de uma forma negativa. O sistema de urbanização e a ocupação dos espaços próximos aos rios, fez com que o ambiente tivesse uma personalidade própria, relativa e que evolui (LEITE e FRANÇA, 2007). Os espaços próximos aos rios nem sempre são utilizados da maneira correta, ocorrendo através de moradias irregulares, práticas de vandalismo e descarte de lixos. CARDOSO (2013), explica que os impactos causados nos rios e nas margens muitas vezes perdem o seu papel, que seria de um espaço harmonioso. Já Guimarães (2011) diz que isso ocorre pois o processo de urbanização acabou acontecendo desordenadamente, prejudicando de tal maneira as áreas de ribeirinhas, aponta (GUIMARÃES, 2011).

GORSKY (2008), afirma que o rio, por ser um elemento marcante das cidades onde passam, necessitam de um tratamento diferenciado do que vem acontecendo, preservando-o para o mesmo não se tornar um motivo de conflitos, pois um curso d'água limpo sempre é motivo de satisfação e felicidade, podendo apreciar e aproveitar bons momentos nesse espaço. Conforme BAPTISTA e CARDOSO (2013), a população está cada dia mais ciente da importância dos rios para o bem da humanidade. Entretanto, os espaços próximos aos rios são muitas vezes destinados para parques de convivência, desenvolvendo atividades que valorizam o local, fazendo com que haja um relacionamento melhor com o rio e a cidade.

De acordo com FRANZEN; OLIVEIRA e ORSO (2017, pg.83),

A identidade de uma pessoa e/ou de um grupo social, corresponde àquilo que o torna único, suas particularidades, suas características, sua cultura. O mesmo ocorre em uma cidade e em seu centro, a construção de sua identidade está relacionada com as edificações que abriga, a ambiência que se gera.

Consequentemente os indivíduos criam lembranças do local, das histórias vividas e qualificando este espaço como idealizador de uma identidade local MAZIVIERO (2008). Os indivíduos que se sentem bem e guardam memórias deste lugar, sempre terão um sentimento de nostalgia e voltaram a esse espaço (SPECK, 2017).

Toda cidade tem seu diferencial urbano, e os espaços vazios da cidade são lugares onde podem ser trabalhados para que a população possa utilizar para momentos de lazer e

também de socialização com outros indivíduos, além de promover uma diversidade de atividades (GARABINI, 2004).

De acordo com FEIBER (2004), os espaços verdes possibilitam momentos de paz e tranquilidade, estabelecendo uma conexão entre o homem e a natureza. Tendo em vista essa relação, os espaços verdes passam a ser espaços frequentados pela população, seja para hábitos de descanso e de atividades prazerosas. Esses ambientes proporcionam a leveza, tira o cansaço e ainda traz benefícios à saúde, por meio de atividades físicas.

A definição de áreas verdes é dada pela vasta vegetação natural ou artificial, a mesma assume o papel de preservação do meio ambiente, além de estabelecer espaços de lazer, afirma a ARFELLI (2004). Essas áreas verdes apresentam uma relevância para o município, e um papel fundamental para a sociedade, diz FEIBER (2004).

Lima e Amorim (2006) afirmam que ambientes verdes podem transformar o espaço, deixando-o mais colorido e inspirador. Os locais verdes são fundamentais na urbanização, pois além de trazer os benefícios mencionados acima, ajuda a amenizar o calor.

Área de preservação permanente (APP)

Segundo com a Lei n. 12.651/2012, Área de Preservação Permanente também conhecida como APP, é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

As principais características de APP e as matas ciliares, vegetação presente ao decorrer do curso d'água, representando um papel rico no controle e também de preservação dos cursos hídricos, afirma Gorsky, 2008. Conforme com a ARFELLI (2004) as matas ciliares tem o encargo de proteção das margens dos rios contra erosões e assoreamento, garantindo a estabilidade do volume de água.

Portanto, de acordo com Durk (2018) o rio é o principal elemento norteador da elaboração do Plano Diretor de Itapiranga, devendo sempre respeitar as leis sobre as áreas de APP. A faixa de proteção pela qual deve ser conservada é determinada pelo Código Florestal, esta faixa é modificada de acordo com a largura do rio.

O município estudado é caracterizado pelo perímetro urbano que segue o curso do Rio Uruguai, o mesmo apresenta diferentes variações de larguras (ITAPIRANGA, 2016). O Mesmo pode ser identificado no mapa 01:

Mapa 1 - Identificação e delimitação da Área de Preservação Permanente do Rio Uruguai.

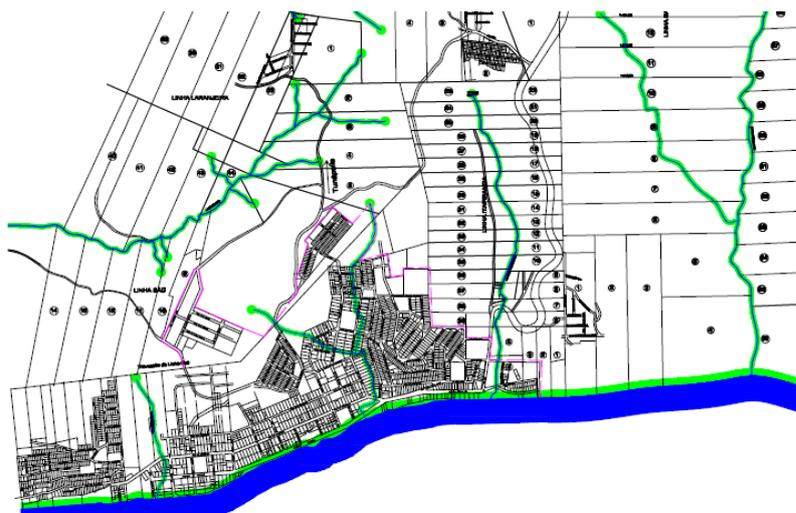


Fonte: Alto Uruguai (2016)

Isso acontece, pois a área de APP deve respeitar a largura do rio, as mesmas variam entre 200 a 500 metros. Em 2018 a rádio PEPERI entrevistou o diretor de engenharia e projetos da prefeitura de Itapiranga, o mesmo, na época descreveu a lei que estava em fase de aprovação, que reduziria a distância para 48m e 74m. O motivo para alteração do plano diretor municipal é destacado devido à grande parte do município estava impedida de realizar obras da construção civil. Com esse novo reajuste, somente poderá ser reduzido a APP das áreas urbanas consolidadas (PEPERI, 2018).

Na imagem a seguir é apresentado os locais onde a APP deve ser respeitada, tanto para o Rio Uruguai, como nos demais córregos do município. Tendo em vista isso, a área a ser respeitada em relação ao Rio Uruguai nas áreas urbanas é de 15 metros, já nos demais rios e córregos nas áreas urbanas consolidadas é de 5 metros de preservação. À vista disso, as áreas de preservação apresentam o seu uso e ocupação totalmente proibidos, a não ser que seja destinado a usos públicos (ITAPIRANGA, 2016).

Mapa 2 - Área de Preservação Permanente e córregos de Itapiranga.



Fonte: Plano Diretor Municipal – Lei complementar n 69

Além das áreas de APP, o Município de Itapiranga apresenta muitas áreas de risco, que são caracterizadas como áreas de inundações no perímetro urbano e durante a extensão do rio Uruguai. De tal forma Itapiranga sofre com diversos alagamentos e deslizamento de terra que acabam comprometendo as residências e ruas, a Avenida Uruguai está sujeita a grandes riscos de alagamentos por estar ao lado do rio (ITAPIRANGA, 2016).

Itapiranga, Santa Catarina

O município de Itapiranga está situado no extremo-oeste de Santa Catarina, tendo como divisa o estado do Rio Grande do Sul e com a República Argentina, de acordo com o Município de Itapiranga.

De acordo com o Município de Itapiranga, o início da colonização do município atualmente conhecido como Itapiranga se deu início no ano de 1926 por meio da União Soviética Popular, com famílias de descendentes alemães católicos. O projeto de colonização Porto Novo, antiga colônia de Chapecó, tinha como objetivo implantar a essas terras uma nova fronteira agrícola e social. No ano de 1929, o presidente da província, Sr. Adolfo Konder, alterou o nome de Porto Novo para Itapiranga, palavra que na língua tupi-guarani significa “Pedra Vermelha”, dessa forma gerou mais tarde a emancipação dos municípios de Tunápolis e São João Do Oeste.

As terras de Porto Novo ao longo do rio apresentavam diferentes tipos de vegetação, além de ser comum encontrar vestígios e resquícios arqueológicos de cerâmicas por toda parte, isso porque a muitos anos atrás o local era habitado por indígenas (JUNGBLUT, 2000).

Os primeiros colonizadores dedicavam-se basicamente à agricultura de subsistência, afirma Jungblut. A partir da exploração da mata nativa, serviu para as primeiras construções no município, além de ser a primeira atividade desenvolvida na cidade. Jungblut, também afirma que as madeiras eram transportadas por meio de balsas pelo Rio Uruguai até a Argentina.

No ano de 1931, a partir da instalação da Sociedade União Popular (SUP), um Órgão Filantrópico da Alemanha, houve um grande avanço no processo de desenvolvimento ocupacional, pois o objetivo era trazer cada vez mais famílias alemãs para Itapiranga. Assim, foi destinada exclusivamente a comunidade de Linha Presidente Becker para abrigar essa população, que recebeu tanto descendentes de alemães vindos do Rio Grande do Sul como da Alemanha e da Romênia (JUNGBLUT, 2000).

De acordo com Município de Itapiranga, a colonização Porto Novo, foi organizada estruturalmente com que fossem vendidos lotes de terra de aproximadamente 25 hectares. Também foram organizados centros comunitários onde zelavam pela construção de uma capela e uma escola, em algumas comunidades também foram abertas casas comerciais para que assim as famílias pudessem comprar seus suprimentos. Os núcleos de ocupação ocorreram nas regiões da linha Chapéu e Sede Capela, local onde o primeiro administrador de colonização, Carlos Rohde, se instalou junto a sua família.

Conforme Jungblut (2000), o Rio Uruguai, apresentava uma única rota para os que residiam na região, assim como também era o único meio de transportar a madeira por meio de jangadas e balsas. Os grandes caminhos entre as florestas era uma espécie de rede viária utilizada por todos que moravam na região. Com o passar dos anos foi deixando de lado a mata e deu-se início às primeiras construções, iniciando por sua vez, um traçado urbano. Mazzardo e Teixeira (2016) afirmam que esse traçado aconteceu ao longo do Rio Uruguai, surgindo assim, as vilas e sedes de distritos que buscaram proporcionar condições básicas facilitando a integração entre os moradores e a vida comunitária.

Mazzardo e Teixeira (2016) explicam que o Rio Uruguai deu origem a três ruas paralelas ao curso do rio, a Rua do Comércio, se não a mais importante caracterizou a evolução da cidade. Conforme com o SICOOB (2012) os fluxos migratórios ocorreram entre

1940 e 1960, nesse período houve uma expansão no traçado das vias, além de tem um grande avanço de desenvolvimento da comunidade.

Assim sendo, Jungblut (2000) e Sicoob (2012), destacam que o desenvolvimento natural à margem do rio também ocorreu em torno da atual praça dos pioneiros situada no terminal rodoviário e a ocupação de terras localizadas próximas à igreja.

No ano de 1955 ocorreu a construção da Igreja e em 1962 o município recebia energia elétrica que vinha através do Rio Grande Do Sul, dando início a iluminação das vias e da igreja, afirma Mazzardo e Teixeira (2016).

O governo dos anos de 1970-1975 implantou a Avenida Uruguai, junto a estrada Beira Rio e o desenvolvimento da Praça das Bandeiras. No governo de 1985 o setor de urbanismo municipal construiu uma escadaria para o acesso das pessoas até o rio, além de plantar árvores e flores no percurso da Avenida Uruguai, embelezando dessa maneira o município. Já no ano de 1989-1992 iniciou a construção do passeio na Avenida Uruguai, às margens do rio os banheiros públicos foram construídos entre 1997 e 2000, nesse mesmo período deu-se o início do desenvolvimento da Praça dos Pioneiros. Para o desenvolvimento desses ambientes foram usadas das melhores infraestruturas para atender a população, visto que os mesmos eram usufruídos através de práticas de lazer, explica Itapiranga (2004).

Entre os anos de 2001-2004 houve o alargamento da rua do comércio e a recuperação do asfalto da Avenida Uruguai, além de melhorias na iluminação e a construção de novas escadarias com acesso ao rio, nessa mesma época ocorreu a construção das churrasqueiras em diversos pontos da avenida, que é utilizada até os dias de hoje (ITAPIRANGA, 2004).

De acordo com Mazzardo e Teixeira (2016) o município de Itapiranga se desenvolveu de forma natural, destacando os núcleos iniciais da colonização que atualmente continuam sendo pontos centrais onde são concentrados os serviços municipais e ambientes de lazer.

No ano de 2020 foi aprovada a licitação de requalificação da Avenida Uruguai. O Lote 01 do projeto compreende obras de revitalização da avenida a partir da Praça dos Pioneiros até a Rua Padre Teodoro Treis (ITAPIRANGA, 2020).

Fenômenos naturais

O rio Uruguai traz muitas lembranças do passado, e também muitas lembranças de enchentes. O município sofreu muito tanto com enchentes como com secas, resultando em

vários problemas onde muitas vezes foi decretado situação de emergência e calamidade pública que ficaram na memória da comunidade, afirma Jungblut (2000).

Dessa maneira, Jungblut (2000), salienta que as enchentes marcaram a história do município, e a maior delas foi registrada em Itapiranga nos anos de 1983 quando o nível do rio chegou a 16,00 metros acima do normal, esse mesmo fato se repetiu em 1984 em um grau um pouco menor. No ano de 1992 ocorreram duas enchentes que atingiram o município, e em 1975 ocorreram chuvas torrenciais que ocasionaram enchentes relâmpagos com grandes prejuízos para as plantações.

Análise urbana

Como tema principal do presente artigo, nas áreas ribeirinhas do município de Itapiranga, foi realizada uma análise urbana de em torno de 500 m das margens do rio Uruguai, entre o trevo e o 83 Bar e boliche onde, se destaca as principais áreas de lazer da Av. Uruguai. Nessa área analisada busca-se compreender como o espaço funciona na atualidade, bem como a sua apropriação e condições de infraestrutura proporcionando a criação de espaços que valorize as áreas de lazer do município, conectando com o rio por meio de novos espaços de convivência e contemplação.



Fonte: Google Maps. 2020. Editado pela autora.

A área de estudo é de grande importância histórica, pois foi marcada pela chegada dos colonizadores nas margens do Rio Uruguai. Este local conta com lotes comerciais e residências, por isso conta com bastante movimento, pois também faz a conexão com o ponto de travessia para o Rio Grande Do Sul.

Levantamento da área

Para poder compreender melhor como é a ocupação da área de estudo, foi realizado o levantamento através de fotografias no mês de setembro de 2020, que estão indicadas nas figuras 09 e 10.

Figura 9 - Imagem In loco da Avenida Uruguai.



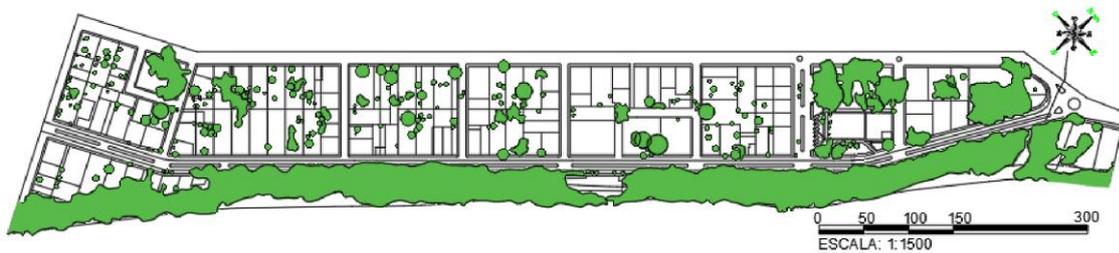
Figura 10 - Imagem In loco da Avenida Uruguai.



Por ser uma área de APP, há predominância de vegetação, podendo ser de várias espécies e portes de vegetação. O trecho percorrido pela avenida, permite que em muitos locais haja a possibilidade de visualizar o rio através de uma vegetação mais aberta (mapa 06). As árvores localizadas na Avenida também se instalam no próprio passeio e acaba

dificultando a passagem das pessoas e danificando as calçadas através de suas raízes superficiais.

Mapa 6 - Mapa de vegetações.



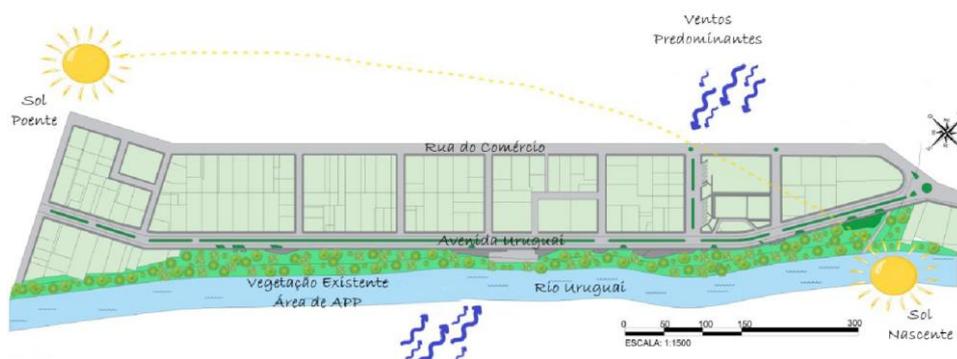
Fonte: Arquivo disponibilizado pela prefeitura, adaptado por Durk (2018)

Condicionantes físicos

O clima predominante no município é o clima subtropical, que apresenta chuva em todas as estações do ano. No verão o clima é quente e úmido, já no inverno é frio e úmido. Ao longo do curso do Rio Uruguai durante a manhã muitas vezes apresenta nevoeiro (JUNGBLUT, 2011).

O sol nasce no sentido leste, portanto, pela parte da manhã a avenida Uruguai é sombreada devido a vegetação presente na área (Mapa 7). Durante a tarde o sol já vai se deslocando ao oeste, sucedendo-se a espaços com insolação. Os ventos são oriundos do sentido Noroeste no verão, e no inverno predominam no sentido Sudeste, como apresenta o mapa 02.

Mapa 7 - Estudo das condicionantes físicas locais.



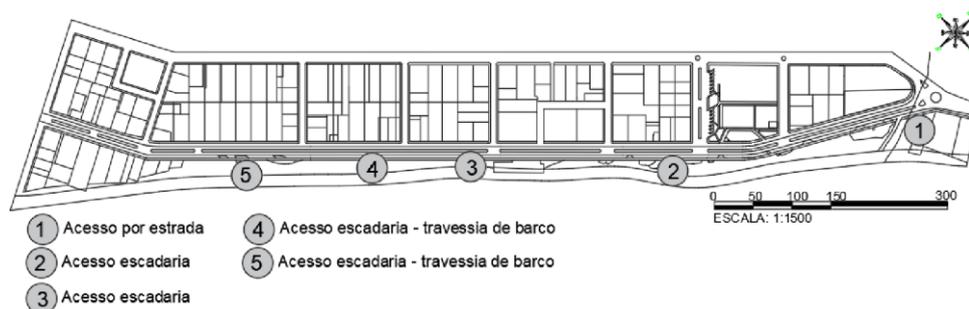
Fonte: Arquivo disponibilizado pela prefeitura, adaptado por Durk (2018)

Acesso ao Rio Uruguai

No decorrer da Avenida há 5 acessos ao rio, conforme mapa 08, sendo através de escadarias e uma por estrada.

Algumas das escadarias dão acesso a barcos para que assim possa ser feita a travessia para o outro lado do rio. Muitas dessas escadas não estão em boas condições, falta de corrimão e muitas vezes há falta de legibilidade de onde estão localizadas.

Mapa 8 - Locais de acesso.



Fonte:

Arquivo disponibilizado pela prefeitura, adaptado por Durk (2018)

O ponto de acesso, pela estrada, geralmente é usado para pesca e passeios de barcos, como podemos analisar na figura 11. Neste local também é feito treinamentos de mergulho e salvamento de corpo de bombeiro do município, ver figuras 12:

Figura 11 - Escadaria de acesso entre a Avenida Uruguai e o Rio



Figura 12 - Acesso para pescas e treinamento.



Mobiliário e infraestrutura

A área ribeirinha conta com vários elementos que compõem o mobiliário urbano (figura 14 e 15), porém na atualidade não estão em boas condições devido ao tempo e também o mau uso, sem contar a falta de reformas. Ver figura 13.

Figura 13 - Raízes de árvores no passeio.



Figura 14 - Mobiliário deteriorado.



Figura 15 - Móveis danificadas.



No decorrer da Avenida Uruguai há dois pontos com sanitários (figura 16 e 17), mas assim como as mobílias, os mesmos se encontram em condições precárias, além de ser considerado poucas unidades para a população.

Figura 16 - Banheiro Público



Figura 17 - Banheiros Públicos



Atualmente essa área não é acessível a portadores de deficiência, pois as calçadas estão danificadas por raízes de árvores (figura 13) e falta de manutenção. Também no ano de 2020 deu-se início a uma reforma nessa via, onde até a entrega do presente artigo não havia sido finalizada. As figuras 18 e 19 nos mostram isto.

Figura 18 - Avenida Uruguai em reforma.



Figura 19 - Reforma na Avenida Uruguai



População

A população utiliza com frequência as áreas de lazer do local de estudo. Há uma grande conexão entre a população e as margens do rio Uruguai, seja para os munícipes que utilizam durante seus horários de lazer e esporte, ou para os visitantes que utilizam a AV. Uruguai para se deslocar até a outra extremidade do município.

Após realizado uma pesquisa através do Google Formulários (<https://forms.gle/M9tegd4NvYXksaY46>) , pode-se perceber que os usuários estão insatisfeitos com essa área da cidade, pois é uma área de destaque do município, porém é pouco valorizada e poderia ter mais atrativos.

Proposta

A presença do rio na cidade é um privilégio, pois agrega a paisagem transformando de tal maneira as sensações da população que ali passa. Portanto com o passar dos anos os projetos dos locais de convivência nas áreas de APP acabaram se desgastando, deixando assim de ser convidativa.

Após a análise de toda a área de estudo, pode-se perceber a falta de atrativos para a população, como pontos específicos para a visualização do rio, espaços adequados para o lazer e devidos cuidados com seus mobiliários. Ainda, sugere-se maior conscientização sobre o lixo, como também cuidado aos espaços públicos, tornando assim ambientes mais

apropriados e adequados para os usuários, fazendo com que todos os espaços sejam acessíveis para todas as pessoas usufruir.

Pensando em trazer momentos de alegria e entretenimento, a construção de decks no decorrer da área em estudo (figura 20), fazendo com que os usuários possam admirar a paisagem.

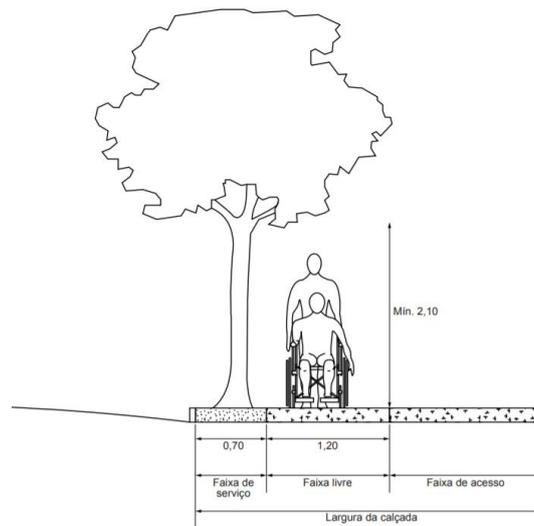
Figura 20 - Exemplo de Deck



Fonte: G1 – Rio de Janeiro

Outro fator importante e necessário para esse local é os passeios públicos acessíveis, atendendo a norma NBR 9050 de acordo com a figura 21. A mesma aponta os seguintes aspectos: a) faixa de serviço: serve para acomodar o mobiliário, os canteiros, as árvores e os postes de iluminação ou sinalização. Nas calçadas a serem construídas, recomenda-se reservar uma faixa de serviço com largura mínima de 0,70 m; b) faixa livre ou passeio: destina-se exclusivamente à circulação de pedestres, deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3 %, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre; c) faixa de acesso: consiste no espaço de passagem da área pública para o lote. Esta faixa é possível apenas em calçadas com largura superior a 2,00 m. Serve para acomodar a rampa de acesso aos lotes lindeiros sob autorização do município para edificações já construídas.

Figura 21 - Representação de passeio de acordo com NBR 9050.



Além do passeio, é proposto uma ciclofaixa unidirecional, incentivando a prática de ciclismo na Avenida Uruguai. De acordo com o manual do Geipot (1980), as ciclofaixas unidirecionais devem ter entre 1,5 m a 2,0 m de largura, quando estiverem no mesmo sentido do tráfego. (Ver figura 22)

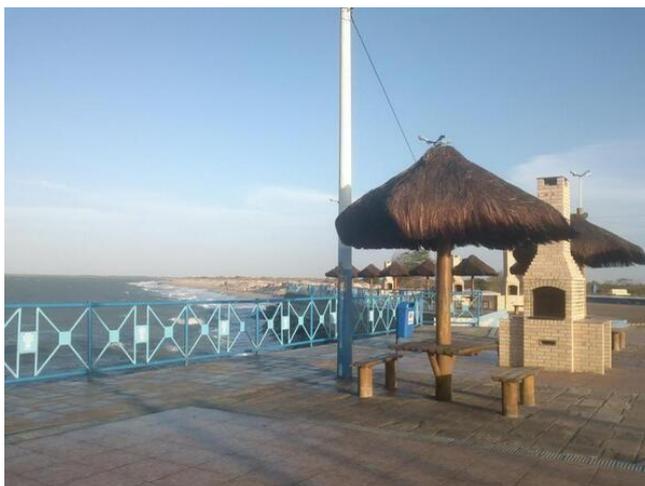
Figura 22 - Exemplo de ciclofaixa.



Fonte: Google Imagens

Por outro lado, vemos a importância de manter espaços com churrasqueiras e mesas para a utilização (figura 23), prevendo mais iluminações públicas e tornando os mesmos mais seguros (Ver figura 24). Promovendo também pequenos parques para a criança se divertir próximo aos espaços de lazer.

Figura 23 - Exemplos de mesa e churrasqueiras públicas.



Fonte: Google Imagens.

Figura 24 - Iluminação e parquinhos públicos.



Fonte: Google Imagens.

Promovendo esses elementos no local em estudo, junto a equipamentos públicos necessários como, lixeiras e bancos, podemos adquirir mais visitantes e valorizar os espaços de lazer para os usuários, tornando um local agradável e enaltecendo a área de APP do município de Itapiranga.

Considerações Finais

As relações históricas de muitos municípios encontram-se desvalorizadas, entretanto é muito importante que haja um resgate para retomar a importância do local. Consta-se que a realização de intervenções para o município de Itapiranga irá proporcionar uma maior valorização do Rio Uruguai, promovendo um espaço de resgate, evidenciando a memória e a identidade do local através de uma reconexão entre o homem e a natureza. Diante da análise urbana, é notório que o local deva passar por melhorias, para proporcionar uma

maior vitalidade a partir de espaços exclusivamente pensado para as pessoas, onde as mesmas se sintam tranquilas e seguras para desfrutar de um novo espaço na Avenida Uruguai.

Com as intervenções propostas, o município que já recebe uma grande quantidade de turistas durante o ano, as adequações irão promover cada vez mais o turismo, pois além de melhorar a qualidade da infraestrutura e preservar a natureza, torna-se cada vez mais presente no cotidiano da municipalidade, evidenciando o grande cartão postal do município: o Rio Uruguai.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ARFELLI, A. C. *Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento de solo*. Revista de direito ambiental, São Paulo, 2004.

BAPTISTA, M.; CARDOSO, A. *Rios e Cidades: uma longa e sinuosa história*. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, p. 124 - 153, dez 2013. Acesso em: 04 abril 2018.

COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes (org.). *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: ed. PROURB, 2006.

DURK, Indiana. OLIVEIRA, Patrícia Dalmina de. FRANZEN, Douglas Orestes. *O Rio Uruguai e a formação da paisagem de Itapiranga – SC*. Itapiranga, 2018.

FEIBER, S. D. *Áreas verdes urbanas imagem e uso: o caso do passeio público de Curitiba - PR*. RA'EGA, Curitiba, 2004.

FRANZEN, D. O.; OLIVEIRA, P. D. D.; ORSO, M. O centro de Maravilha – SC: Relações entre Memória e Identidade Urbana. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 05, n. 34, 2017.

GARABINI, E. A. *Parques Urbanos aqui, ali, acolá*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Campo Grande, MS, p. 195. 2004.

GEIPOT, *Planejamento ciclovitário: uma política para as bicicletas*, Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. Ministério dos Transportes, 2ªed. Brasília, BR, 1980.

GORSKY, M. C. B. *Rios e cidade: ruptura e reconciliação*, São Paulo, 2008.

GUIMARÃES, E. A. *Parques lineares como agenciadores de paisagem: realidades e possibilidades no rio Tubarão no contexto urbano de Tubarão SC, Florianópolis*, 2011.

ITAPIRANGA, M. D. *Alto Uruguai: Engenharia e Planejamento de cidades. Estudo Socioambiental para regularização fundiária da área urbana, atingida pela área de preservação permanente do Rio Uruguai, Itapiranga - SC, Itapiranga - SC*, 2016.

ITAPIRANGA. *Resgate histórico político-administrativo de Itapiranga 1954-2004*. 1ª. ed. Itapiranga: [s.n.], 2004.

ITAPIRANGA. *Revitalização Da Avenida Uruguai*. Disponível em <https://itapiranga.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/387>. Acessada em 08 de maio de 2020.

JUNGBLUT, R. *Documentário Histórico de Porto Novo*. São Miguel do Oeste: Arco Iris Gráfica & Editora, 2000.

LEITE, M. E.; FRANÇA, I. S. D. Reflexões sobre a sustentabilidade urbana: novo modelo de gestão. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, set 2007.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. D. C. T. *A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades*. São Paulo. 2006.

MAZIVIERO, M. C. *Memória e Identidade Urbana em Santos: usos e preservação de tipologias arquitetônicas da avenida Conselheiro Nébias*. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

MAZZARDO, S. C.; TEIXEIRA, L. E. F. *Uma cidade para Alemães Católicos: Formação e evolução urbana de Itapiranga (SC)*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2016.

REPÚBLICA, P. Código Florestal lei 12.651/2012. BRASÍLIA: [s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.botuvera.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/Lei-12651-2012-C%C3%B3digo-Florestal.pdf>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

SANTOS, M. *Espaço & Método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto. Da paisagem à arquitetura, um percurso através da água. *Arquitetura, paisagem e água. Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa Lisboa*. nº 4, p. 20-33 Ab. 2005

SCORRE, Max. *El paisaje urbano*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1962.

SICCOB. *Memórias de uma pioneira*. Itapiranga: Relata, 2012.

SPECK, J. *Cidade Caminhável*. São Paulo: Perspectiva LTDA, 2017.